

Apresentação

A Contexto Jurídico é como a UERJ: nasceu para atender à demanda de pesquisa em nível de graduação e cresceu para difundir e ampliar o acesso a ela por estudantes que outrora - por razões que devem ser investigadas - não obtiveram sucesso em seus primeiros contatos com extensão científica. Mais que tudo: a relação da revista com a universidade é a perfeita representação de cadarços frouxos. Sim. Daqueles que a cada dois metros desamarram, mas os quais amarramos de novo. E de novo. E o fazemos quantas vezes forem necessárias, até ter de interromper o processo para explicar que, em tempos de incerteza, estamos convictos de que nosso nó é resistente. Como a UERJ.

Esta 5ª edição nos apresenta mais respostas que perguntas. Com textos propositivos e abordagens atuais, o conteúdo é rico em temas que solucionam, desafiam, aprofundam.

A coletânea é aberta pelo artigo convidado do professor da casa, Alexandre Mendes, que participou ativamente dos movimentos de luta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em uma das piores crises de suas história, tendo a iniciativa de criar uma sequência semanal de aulas públicas conduzidas por professores e alunos da pós-graduação da Faculdade de Direito. Sua valiosa contribuição aborda as ocupações estudantis ocorridas na UERJ em 2015, traçando um paralelo com as experiências

Apresentação

do ciclo global de ocupas dos últimos 5 anos, incluindo a brasileira, considerando-as processos insituíntes que resultam no que chama de “assembleias constituintes contemporâneas” (distintas das assembleias representativas modernas). Melhor retrato da conjuntura UERJ e das experiências em comum com as ocupações ocorridas pelo país e no mundo para esta edição seria impossível.

Na abertura dos trabalhos aprovados em nosso sistema de avaliação às cegas pelos pares, temos o artigo desenvolvido por Raquel Scarpe versando sobre as condições da ação e suas repercussões sobre o instituto da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil de 2015. A relevância do trabalho vai além do seu ineditismo, pairando, principalmente, na linguagem utilizada. Direta, mas cautelosa. Aberta, mas precisa.

João Manoel Galdi, por sua vez, trazendo à tona um tema que jamais sairá dos debates acadêmicos de alto nível, traça o âmbito de aplicação da dignidade da pessoa humana no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A jurisprudência coletada é fruto de pesquisa exaustiva, e o resultado traduz todo esse esforço.

Em seguida, Gustavo Azevedo e Rodrigo Corrêa demonstram a influência da boa-fé objetiva nos contratos nulos. O exercício dos autores é analítico, traçando comparações didáticas e instigando o leitor a ir além do abordado. Não poderia ser mais proveitoso.

Adiante, o tema que parece ter tomado conta do ano de 2016. Dos centros de estudo aplicado aos bares menos

movimentados da cidade, falar sobre impeachment é sempre acrescentar uma página a este capítulo interminável da doutrina jurídica brasileira. José Henrique Araújo dos Santos realizou tal proeza, destacando a figura do impedimento contra membros do Poder Legislativo.

Após o fluxo de informações que valorizam, justificadamente, a técnica e a dogmática jurídica, Ketlyn Chaves e Cesar Lima presenteiam-nos com um pouco do arcabouço histórico-sociológico imanente aos profissionais do direito. O trabalho destaca o vadio no século XIX, e a conseqüente criminalização do seu comportamento, considerado desviante, antiquado, fora da curva. Os adjetivos podem ser muitos, mas a reflexão é única. Em algum lugar você já ouviu, mas não custa reiterar: olhar para o passado é prevenir o presente. E nisso os autores obtiveram êxito.

A sessão de artigos se encerra com o trabalho de Katiúscia Quirino Barbosa que nos leva a repensar a luta pelo estado do Rio de Janeiro. Para tanto, nos apresenta a linha tênue - mas ainda tão destoante - entre os interesses governamentais e o direito à cidade. Não poderia ser mais atual.

A edição conta também com uma resenha. A obra escolhida é um tiro certo ao alvo: *Direito e democracia: Entre Facticidade e Validade* - de Jürgen Habermas -, com tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Carlos Araújo, Hanna Aguiar de Araújo, Laís Damasceno Silva, Maria Clara Conde Morais Cosati e Samuel Felipe Nascimento Horn, demonstram compreensão e domínio do texto. A resenha se torna um exercício impecável de

Apresentação

diálogo entre autores renomados. O leitor adquirirá, portanto, muito mais do que o pensamento de Habermas (como se pouca coisa fosse), e poderá construir suas próprias convicções a partir dessas preciosas fontes.

Se a crise - palavra que deveria soar passageira, mas que nos tem ressoado tão constante - não permite que compremos novos sapatos, certos estamos de que nossos laços devem estar cada vez mais fortes. Por isso, resistimos.

Equipe Contexto Jurídico